

RECURSO ESPECIAL Nº 1.431.769 - PR (2014/0016002-3)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF
RECORRIDO : JOÃO AUGUSTO DE ALMEIDA
ADVOGADO : JOAO AUGUSTO DE ALMEIDA (EM CAUSA PRÓPRIA) - PR035649
RECORRIDO : NOEMIA SANTOS TOSAWA
ADVOGADO : JULIANO LUIS ZANELATO E OUTRO(S) - PR029602
RECORRIDO : RAPHAEL DUARTE DA SILVA
ADVOGADO : RAPHAEL DUARTE DA SILVA (EM CAUSA PRÓPRIA) - PR042085
RECORRIDO : WESLEY ANGELO TONATTO VEIGA
ADVOGADO : WESLEY ANGELO TONATTO VEIGA (EM CAUSA PRÓPRIA) - PR057417

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social, com amparo na alínea "a" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (e-STJ, fls. 211/212):

AGRAVO. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. INEXISTÊNCIA DE PARECER TÉCNICO DA CONTADORIA. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO.

1. Está-se diante tanto de uma irregularidade processual (o descumprimento do art. 475 do CPC) quanto de uma clara indefinição quanto ao que seria devido em face do título executivo. 2. A se acolher o pleito do agravante para determinar o prosseguimento da execução, os danos seriam potencialmente irreversíveis para os exequentes, na medida em que implicaria expressiva redução do valor do benefício previdenciário de que já são titulares desde novembro de 2007. 3. Dada a complexidade do caso em apreço, andou bem o magistrado a quo, quando determinou a suspensão da execução.

Os embargos de declaração da autarquia previdenciária (e-STJ, fls. 220/222) tiveram provimento negado pela decisão de e-STJ, fls. 238/244.

O instituto recorrente alega contrariedade aos arts. 462 e 535 do CPC/1973.

Sustenta, em suma, que a violação teria ocorrido quando o Tribunal *a quo* deixou de considerar a produção de cálculo pela contadoria judicial, alteração superveniente à interposição do agravo de instrumento, que combate a suspensão do prosseguimento da execução, o que tem pertinência com a revisão do benefício previdenciário. Acrescenta que aqueles cálculos confirmam a renda mensal inicial

apurada pelo INSS, não havendo, portanto, razão para a suspensão.

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 279/286).

Admitido o recurso especial na origem (e-STJ, fls. 292/293), subiram os autos a esta Corte de Justiça.

É o relatório.

Registro, desde logo, que não merece prosperar a tese de violação do art. 535 do CPC/1973, porquanto o acórdão recorrido fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.

Sendo assim, não há que se falar em omissão do aresto. O fato de o Tribunal *a quo* haver decidido a lide de forma contrária à defendida pelo recorrente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ele propostos, não configura omissão ou qualquer outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.

No aspecto:

ADMINISTRATIVO. ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. VÍCIO EM PROCESSO LICITATÓRIO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. INEXISTÊNCIA. ALEGAÇÃO DE INÉPCIA DA INICIAL. PRETENSÃO DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA PROPOSITURA DA AÇÃO. LEGITIMIDADE RECONHECIDA PELA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 83 DA SÚMULA DO STJ. RESPONSABILIZAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS POR ATO DE IMPROBIDADE INDEPENDENTE DA RESPONSABILIZAÇÃO POLÍTICA E CRIMINAL. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 83 DA SÚMULA DO STJ. DEMAIS ALEGAÇÕES. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.

I - No tocante à violação ao artigo 535, I e II, do CPC/1973, não merece prosperar, uma vez que o acórdão recorrido não se ressentiu de omissão, obscuridade ou contradição, porque apreciou a controvérsia com fundamentação suficiente, embora contrária aos interesses da recorrente.

[...]

VIII - Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1.607.976/RJ, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 23/10/2017)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO CONFIGURADA. ICMS. NÃO INTEGRAÇÃO DOS PRODUTOS DADOS EM BONIFICAÇÃO NA BASE DE CÁLCULO DO TRIBUTO. PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA NEGADO PELA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.

1. No que se refere à alegada afronta ao disposto no art. 535, inciso II, do CPC/1973, o julgado recorrido não padece de omissão, porquanto decidiu fundamentadamente a questão trazida à sua análise, não podendo ser considerado nulo tão somente porque contrário aos interesses da parte.

[...]

7. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

(REsp 1.681.168/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/9/2017, DJe 9/10/2017)

Por outro lado, o Tribunal de origem tratou da questão sob a seguinte fundamentação (e-STJ, fl. 209):

Em decisão liminar, a controvérsia foi assim solucionada:

[...]

O cálculo de liquidação elaborado pelos exequentes constitui o evento 29 da execução. Consoante seus termos, a RMI da pensão por morte deveria equivaler a R\$ 2350,66 (CALCRM12), o que resultaria superior aos R\$ 1710,91 pagos na via administrativa (CALC4).

O INSS, devidamente citado, alegou, nos embargos à execução, que os valores encontrados pelos exequentes derivaram de revisão dos próprios salários-de-contribuição, pois partiriam da premissa de que '(...)os valores que constam do CNIS se referem apenas aos 20% da contribuição recolhida, ou seja, onde aparece no CNIS 'Salário de contribuição', o causídico da parte autora disse que se tratava de 'Contribuição'. Imbuído desse espírito, aplicou certo coeficiente ao valor recolhido com a finalidade de atingir o 'Salário de contribuição'. (...) (5006544-66.2012.404.7010, Evento 1)

O pedido foi de fato objeto da inicial (5000344-77.2011.404.7010, Evento 1), tendo os autores argumentado que, em caso de contribuinte individual - como o era o de cujus -, deveria ter sido observado o art. 21 da Lei nº 8212-91, por força do qual o salário-de-contribuição deveria ter sido apurado a partir do valor da contribuição previdenciária, considerada a alíquota de 20%.

A questão não foi apreciada na sentença e, como já se viu, transcorreu in albis o prazo de apelação. Portanto, não houve pronunciamento judicial a respeito dela. Contudo, foi matéria suscitada nos embargos à execução, tendo os exequentes reconhecido, em sua impugnação, '(...) a inexatidão dos cálculos juntados inicialmente, visto interpretação errônea dos termos da sentença e dos dados obtidos via CNIS' (5006544-66.2012.404.7010, Evento 11-Petl). Ainda assim, reiteraram seu direito, reconhecido na sentença, à revisão do benefício mediante descarte das menores contribuições no cálculo da RMI.

Sem avançar mais, é preciso reconhecer que está-se diante tanto de uma irregularidade processual (o descumprimento do art. 475 do CPC) quanto

de uma clara indefinição quanto ao que seria devido em face do título executivo, bem o parecer técnico da Contadoria, está-se, até o momento, num impasse entre as alegações das partes. Há que se considerar uma circunstância em especial, todavia. A se acolher o pleito do agravante para determinar o prosseguimento da execução, os danos seriam potencialmente irreversíveis para os exequentes, na medida em que implicaria expressiva redução do valor do benefício previdenciário de que já são titulares desde novembro de 2007.

Portanto, tenho que, dada a complexidade do caso em apreço, andou bem o magistrado *a quo*, quando determinou a suspensão da execução.

Com essas considerações, indefiro o pedido de efeito suspensivo.

[...]

Ante tais fundamentos, que ora ratifico, voto por negar provimento ao agravo de instrumento.

No caso, verifica-se que a questão relativa ao art. 462 do CPC não foi apreciada no acórdão recorrido e a alegação somente foi apresentada em embargos de declaração.

Assim sendo, esta Corte Superior pacificou o entendimento de que a ausência do enfrentamento da questão objeto da controvérsia pelo Tribunal de origem não permite o acesso à instância especial, uma vez que deixou de ser atendido requisito constitucional do prequestionamento.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADOS ADMINISTRATIVOS 2 E 3 DO STJ. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE. SERVIDÃO ADMINISTRATIVA. LAUDO PERICIAL. PROFISSIONAL TÉCNICO AGRIMENSOR. NULIDADE. REJEIÇÃO. VIOLAÇÃO A NORMATIVOS FEDERAIS. FUNDAMENTAÇÃO INATACADA. SÚMULA 283/STF. FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. CARÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ.

1. Não se conhece do recurso especial quando o acórdão tem múltiplos fundamentos autônomos e o recurso não abrange todos eles. Inteligência da Súmula 283/STF.

2. A indicação de preceito legal federal que não consigna em seu texto comando normativo apto a sustentar a tese recursal e a reformar o acórdão impugnado padece de fundamentação adequada, a ensejar o impeditivo da Súmula 284/STF.

3. Não cumpre o requisito do prequestionamento o recurso especial para salvaguardar a higidez de norma de direito federal não examinada pela origem, que tampouco, a título de prequestionamento implícito, confrontou as respectivas teses jurídicas. Óbice da Súmula 211/STJ.

4. Agravo conhecido para não conhecer do recurso especial.

(AREsp 1.205.399/SP, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES,

SEGUNDA TURMA, julgado em 6/12/2018, Dje 13/12/2018)

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. IMPOSTO DE RENDA. ARTS. 467, 468 E 471 DO CPC/73. PREQUESTIONAMENTO FICTO. DESCABIMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. DESATENDIDAS AS EXIGÊNCIA DOS ARTS. 541, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC E 255, §§ 1º E 2º, DO RISTJ.

1. A mera oposição de embargos declaratórios não é suficiente para atender ao requisito do prequestionamento, sendo indispensável o efetivo exame da questão pelo Tribunal de origem. Com efeito, esta Corte Superior aceita o prequestionamento explícito e implícito, contudo, não admite o chamado "*prequestionamento ficto*", que se daria com a mera oposição de aclaratórios, sem que o Tribunal de origem tenha efetivamente emitido juízo de valor sobre as teses debatidas.

2. Revela-se incabível o conhecimento do recurso especial fundado na alínea "c" do permissivo constitucional quando o recorrente não procede ao necessário cotejo analítico entre os julgados, deixando de evidenciar o ponto em que os acórdãos confrontados, diante da mesma base fática, teriam adotado a alegada solução jurídica diversa. Além disso, não se conhece do recurso especial interposto pela alínea "c" do permissivo constitucional na hipótese em que o recorrente não junta cópia do paradigma mencionado, nem cita o repositório oficial, autorizado ou credenciado em que fora publicado. Inobservância das exigências dos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.248.586/SC, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 4/9/2018, DJe 10/9/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ e a Súmula 568 do STJ, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator